

O SISTEMA DEFENSIVO DO ALTO MINHO EM FINAIS DO SÉCULO XVIII*

**Contributo do engenheiro militar
Custódio José Gomes de Vilas Boas**

Por LUIS MIGUEL MOREIRA**

A última década do século XVIII foi muito atribulada para a sociedade portuguesa, tanto no plano interno – onde a Coroa procurava levar a cabo uma importante reforma administrativa de forma a racionalizar a aplicação da lei e tornar mais eficaz a administração¹ – como no plano externo, decorrente das alterações significativas no quadro geopolítico em consequência da Revolução Francesa de 1789.

Se numa primeira fase a diplomacia portuguesa tudo fez para manter uma posição de neutralidade face aos acontecimentos verificados em França, em 1793, após a execução do rei Luís XVI, as nações europeias coligaram-se com o objectivo de derrubar o governo francês e é deste modo que Portugal acabou por assinar um tra-

*Este artigo resulta das investigações por mim realizadas no âmbito da tese de Mestrado em História das Populações da Universidade do Minho, intitulada "O Entre Douro e Minho em Finais do Século XVIII: Geografia, Cartografia e História das Populações", enquadrada no projecto "SIDcarta/Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa (POCTI/43111/GEO/2001), financiado pela FCT e participado pelo FEDER.

Este trabalho, também constituiu parte de uma comunicação apresentada no colóquio "Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): Cartografia, Cultura e Urbanismo", organizado pelo GEDES da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 12 de Novembro de 2004.

** Mestre pela Universidade do Minho

¹ Ver Ana Cristina SILVA, 1998.

tado com a Inglaterra e a Espanha, no sentido de intervirem contra a França revolucionária. Como consequência foi enviada para a Catalunha uma Divisão Auxiliar, composta por cerca de 5500 homens, ao serviço do exército espanhol – e que travou algumas batalhas contra os franceses, entre 1793 e 1795, naquela que ficou conhecida entre nós como “Guerra do Rossilhão e da Catalunha” – mas que não trouxe qualquer vantagem para a diplomacia portuguesa, antes pelo contrário, pois colocou o nosso país numa difícil posição de beligerante contra a França republicana, uma vez que, em 1795, este país havia assinado secretamente um tratado de paz com a Espanha – Tratado de Basileia – pondo fim ao conflito na Catalunha, mas sem que Portugal fosse informado¹.

Assim, os anos que se seguiram à guerra foram muito instáveis, na medida em que Portugal procurou manter “uma neutralidade impossível”² face ao instável clima político-militar que se vivia na Europa, pelo que, neste período, a guerra esteve sempre eminente³.

Deste modo, e prevendo desde 1796 uma nova guerra com Espanha, a Coroa Portuguesa decidiu tomar algumas medidas no sentido de preparar uma defesa, tão eficaz quanto possível, contra a nova ameaça. Deste modo, foi ordenado ao Exército, mais especificamente ao Real Corpo de Engenheiros, que realizasse uma série de memórias, geralmente acompanhadas por um mapa, sobre as condições gerais de defesa da fronteira e do território português. A guerra apenas se vai materializar em 1801 naquela que ficou conhecida como a “Guerra das Laranjas”.

1 Carlos SELVAGEM, 1994, p. 486.

2 António Pedro VICENTE, 1998, p. 35.

3 Em 1797, com o intuito de pressionar o nosso governo a aceitar as condições de paz, Godoy, primeiro ministro de Espanha, concentrou um forte exército na fronteira portuguesa, respondendo o governo português de forma semelhante, tendo-se juntado ao exército nacional, reforços enviados pela Inglaterra. A guerra, de forma efectiva, só se materializou em 1801, ano em que ocorreu a invasão franco-espanhola, mais conhecida por “Guerra das Laranjas”. Conferir todo este ambiente diplomático-militar em Teresa BERNARDINO (1986, pp. 19-28), António Pedro VICENTE, 2000, pp. 145-159, Manuel AMARAL, 2004 e António VENTURA, 2004.

Neste artigo, propomo-nos reconstituir o ambiente estratégico-militar da Província de Entre Douro e Minho, entre 1796 e 1801, a partir dos elementos figurados no *Mappa da Província d'Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas; tudo para servir a Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objectos de utilidade Publica. Por Custodio Joze Gomes Villas*¹; o *Mapa das Fronteiras do Minho, por Custódio José Gomes Vilas Boas*² e o *Mapa das Fronteiras da Província do Minho Offerecido à Real Sociedade Marítima de Lisboa, por Custódio José Gomes de Vilas Boas, Capitão Engr^o e Membro da mesma Sociedade 1800*³. Esta análise será complementada com a informação proveniente das memórias geográficas e militares elaboradas pelo mesmo autor, em 1796 e em 1800, com o intuito de preparar e/ou avaliar a defesa militar da fronteira do Minho⁴.

O autor, um breve percurso biográfico

Uma vez que este nosso trabalho tem por base principal uma análise a alguns exemplares de cartografia do século XVIII e sabendo que todos os mapas são, mais do que um produto da técnica cartográfica, o reflexo do contexto político, social e cultural de uma época, assim como o resultado da percepção do autor, pareceu-nos importante elaborar uma pequena biografia.

1 Apenas recorremos aos exemplares manuscritos, nomeadamente o exemplar da Biblioteca Nacional (versão 1794-96) e os exemplares da versão de 1798. O *Mappa da Província do Minho de Entre Douro e Minho* conheceu várias cópias manuscritas e edições impressas. No entanto, até agora, nenhum estudo aprofundado foi realizado sobre este mapa ou suas variantes. De facto, António CRUZ (1970, pp. 83-87), reproduziu uma das versões impressas deste mapa e dedicou-lhe um capítulo com uma breve análise, sobretudo ao contexto histórico. Mas, uma vez que ignorava as implicações da Lei de Reforma das Comarcas, esta análise está imprecisa e incompleta. Por sua vez, José Amado MENDES (1980) divulgou uma outra versão do mapa, a de 1798, ainda que, não lhe tenha dedicado qualquer comentário significativo. Bernardino AMÂNDIO (1958 e 1994) por duas vezes se debruçou sobre a vida e obra do engenheiro Vilas Boas, embora não tenha analisado o mapa especificamente.

2 O mapa, conserva-se no Arquivo da Direcção dos Serviços de Engenharia, sob a cota 3-33-45-3596.

3 Este exemplar, por sua vez, conserva-se no mesmo Arquivo sob a cota 3-33-45-3598.

4 Estas duas obras são “Mémoire sur les Forces Militaires des Provinces du Minho & de la Galice avec des Observations sur une Guerre Offensive et Deffensive 1796” e a Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho em 1800.

Custódio José Gomes de Vilas Boas, terá nascido em Avelar, Barcelos, em 1771 e faleceu em Braga, em Março de 1809, assassinado pela população daquela cidade – que o acusavam de “jacobismo” e traição -, aquando da invasão francesa comandado por Soult¹. Foi promovido a 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros em 1795, altura em que estava a ultimar os levantamentos da carta da Província do Minho. Em 1799, quando apresentou a sua proposta para a *Descrição Geográfica e Económica da Província do Minho*, era já Capitão de Engenheiros e, em 1805, quando se dedicava ao planeamento das obras do encanamento do rio Lima, assinou a planta do projecto sob o posto de Sargento-Mor de Engenheiros². Quando morreu, acumulava o cargo de Quartel Mestre do General Bernardim Freire de Andrade e Castro, preparando a defesa da Província de Entre Douro e Minho, face ao invasor francês. Coube, também, a Vilas Boas, a condução e direcção de importantes obras públicas, assim como de outras missões de interesse estatal, realizadas no Minho, na última década do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX.

A geo-estratégia da Província do Minho em finais do século XVIII

Em termos genéricos, a Coroa Portuguesa optou por uma estratégia predominantemente defensiva: enquanto que no plano político a diplomacia procuraria manter a neutralidade portuguesa e estabelecer a paz com a aliança franco-espanhola, no plano tático, procurar-se-ia manter a inviolabilidade do território, tentando conter o inimigo na fronteira terrestre ou, na impossibilidade de concretização de tal plano, proteger e defender a capital. Embora

1 Sobre a discussão da identidade do autor, consultar as obras de António CRUZ (1970, pp. 7-19) e de Bernardino AMÂNDIO (1994, pp.15-21), já que o autor foi, frequentemente, confundido com o seu tio o Brigadeiro de Artilharia e Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Custódio Gomes de Vilas Boas (1741-1808).

2 Consultar as listagens fornecidas por Cristóvão Aires Magalhães SEPÚLVEDA, 1910, V, pp. 232 e 327.

predominantemente defensivo, o plano tático também oferecia a possibilidade de missões ofensivas.

Entre os diversos elementos de carácter militar figurados nos mapas de Vilas Boas, os que mais facilmente se destacam, são os diversos fortes, praças fortes e outras obras militares, dispostos ao longo da fronteira e no litoral e que constituem uma espécie de “rede” de defesa da Província. Devemos, contudo, ressaltar que nem todas estas obras de carácter eminentemente defensivo, se apresentavam em perfeitas condições para resistirem a um ataque inimigo. Efectivamente, a maior parte das grandes obras militares – fortes e praças-fortes – havia sido construída aquando da Guerra da Restauração, tendo sofridos sucessivos melhoramentos nas décadas seguintes mas, entretanto, as concepções de estratégia militar haviam mudado significativamente, relegando o papel desempenhado pelas fortificações permanentes para segundo plano. Assim, as obras militares do Minho estavam bastante descuidadas¹.

Na nossa reconstituição cartográfica (mapa 1), figurou-se a rede de defesa do Alto Minho nos finais do século XVIII. Podemos observar que, a defesa da raia seca se estabelecia em locais estratégicos que correspondiam às entradas naturais. De facto, devido ao relevo, qualquer exército vindo de Espanha, porque não poderia manobrar com facilidade em terrenos de montanha, teria de procurar estas entradas, desde há muito conhecidas e protegidas. Em 1796, Vilas Boas identificava quatro passagens principais: o vale do rio Homem, o vale do rio Lima, o planalto de Castro Laboreiro e o vale do rio Minho.

Assim, a linha de defesa da fronteira terrestre, era assegurada pela “casa da guarda” existente em Vilarinho das Furnas, uma bateria com 4 peças de artilharia, complementadas por uns entrincheiramentos nas faldas da serra Amarela, cuja função seria a de vigiar a Portela do Homem, por onde passava a antiga via romana de Braga a Astorga,

¹ As últimas reformulações, haviam sido realizadas no tempo do Marquês de Pombal, cerca de 20 anos antes.

ainda em uso, e onde poderia entrar o exército inimigo¹. Com o intuito de evitar a sua utilização numa possível invasão, os habitantes de Vilarinho da Furna, haviam destruído a ponte que cruzava o rio Homem durante a Guerra de 1640. Uma vez que não mais foi recuperada e sabendo que o vale do rio Homem era bastante estreito, a defesa desta entrada natural era considerada fácil, entendendo-se, também, como pouco provável a sua utilização em caso de invasão, tendo Vilas Boas aconselhado ser suficiente recuperar as obras de defesa já existentes. Em todo o caso, os habitantes de Vilarinho da Furna estiveram isentos de prestarem serviço militar, em troca de assegurarem a defesa desta passagem, algo que, entretanto tinha sido mudado com uma nova lei de recrutamento militar².

A linha de defesa da raia terrestre do Alto Minho (e da própria Província) continuava pela segunda linha de comunicação natural com a Galiza: o vale do Lima. Na sua entrada em território português, o rio corre num vale muito estreito e apertado, com vertentes declivosas, sendo a única via de comunicação, a estrada situada na margem esquerda, que era vigiada e controlada pelo castelo do Lindoso, assim caracterizado pelo autor: "... é um castello bastante alto, com muralha, e huma especie de baluartes, em que mal pode manobrar a artilharia: tem dentro quartéis para 50 ou 60 homens, e 7 peças de ferro, algumas arruinadas: o terreno circunvizinho he altibaixo, por isso oferece esconderigios, que do castello se não descobrem ..." ³. O mesmo autor referia que, devido às alterações ocorridas nas concepções estratégicas, ao longo de todo o século XVIII, os exércitos já não arriscavam um ataque directo às muralhas bastionadas, a menos que isso representasse a conquista de um objectivo militar essencial, ou a obtenção de um importante saque, o que não era o caso⁴.

1 Na *Descrição Topographica*, Vilas Boas informava que estas defesas estavam arruinadas (cf. Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 108).

2 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 108.

3 *Ibidem*, p. 109.

4 Para verificar as alterações nas concepções tácticas operadas nos campos de batalha europeus, consultar a obra de João Vieira BORGES, 2000, especialmente capítulos os I e II.

Com o intuito de melhorar a defesa daquela passagem, Vilas Boas sugeria que a artilharia do castelo fosse levada para a margem portuguesa do rio Cabril, que servia ali de fronteira, e se construíssem duas baterias de campanha, o que, através de fogo cruzado, seria suficiente para sustentar uma tentativa de invasão. Este novo sistema defensivo, seria assegurado por 32 artilheiros e outros tantos soldados de infantaria, coadjuvados pela população local¹. Quanto ao castelo, ser-lhe-ia reservada uma função de quartel das tropas².

O território fronteiro entre os vales dos rios Lima e Minho, era ocupado pela vasta serra da Peneda, considerada intransponível por um exército moderno, não obstante os caminhos existentes no planalto de Castro Laboreiro, por onde comunicavam as populações locais, de ambos os lados. Em todo o caso, estas estradas estavam, como se pode ler no mapa de 1798, em muito mau estado de conservação, dificultando a progressão de um qualquer exército que pretendesse viajar com todo o seu trem de artilharia e provisões. Na eventualidade de esta situação ocorrer, era aconselhado um ataque imediato nesta área, de forma a limitar as possibilidades do inimigo.

De qualquer forma, para a vigilância e protecção desta área, existia o castelo de Castro Laboreiro, de planta medieval reformulada ao longo dos anos de acordo com as exigências militares, equipado com algumas peças de artilharia³.

Desde Castro Laboreiro, à entrada do rio Minho, a fronteira era estabelecida pelo vale do rio Trancoso – também designado por “rio das Várzeas” – cujo vale de margens abruptas era considerado impenetrável. Os únicos pontos de passagem seriam as duas pontes assinaladas no mapa: a Ponte de Pouzafolles, ainda em área de montanha, e a Ponte das Várzeas, construída em madeira no lugar de S.

1 Podemos ver este sistema de trincheiras no *Desenho Topographico de uma porção do terreno do Concelho de Lindoso...* elaborado por Vilas Boas em 1803, para ilustrar a disputa territorial naquela parte da fronteira.

2 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1971, p. 208-209.

3 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 110.

Gregório. Por ocasião da Guerra Fantástica, em 1762, foi construído um pequeno reduto para vigiar a estrada do vale do rio Minho, embora tivesse sido considerado arruinado em 1800¹.

A partir da foz do Trancoso, a fronteira entre Portugal e a Galiza passava a ser estabelecida pelo curso do rio Minho, considerado por Vilas Boas “[um] formidável fosso aquático das praças fronteiras, com 80 a 100 braças de largura média, e barreira de força activa que em tempo de guerra equivale a muita tropa e reduplica a defesa daquellas praças².

A primeira das defesas da fronteira Norte do Alto Minho, seguindo o curso do rio de montante para jusante, era a vila de Melgaço, equipada com 15 canhões e uma “obra coroa” (fortificação exterior à muralha) sobre a estrada para a Galiza. O castelo, de muralha circular e antiga, não era considerado apto para a defesa, pelo que, Vilas Boas, o indicava para servir de quartel e armazém de víveres das tropas estacionadas naquela parte do território.

Deste modo, a defesa da entrada do rio Minho, deveria ser feita no rio Trancoso, onde seria necessário construir alguns entrancheamentos, equipados com os canhões de Melgaço, ao mesmo tempo que se demoliria a ponte das Várzeas a fim de dificultar o movimento inimigo.

Em caso de invasão, as tropas portuguesas retirar-se-iam para as montanhas oferecendo a maior resistência possível. Combinando as características do terreno com os meios militares, era possível opor uma eficaz resistência ao invasor, apenas com um pequeno número de homens: 32 artilheiros, um batalhão de infantaria, e alguma milícia e ordenanças, se o inimigo fosse em número muito superior, poder-se-ia recorrer aos reforços de Monção³.

1 Custódio José Gomes de VILAS BOAS (1971, p. 210) e 1997, p. 110.

2 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 110-111.

3 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1971, p. 211-212.

Em 1800, Vilas Boas indicava já que a ponte das várzeas estava “arruinada” e o castelo de Melgaço havia sido desguarnecido das sua artilharia havia pouco tempo¹. O autor nada diz sobre uma possível existência dos entrancheiramentos, mas esta informação poderá constituir um indício das preparações para a defesa da Província, seguindo as directrizes apontadas por aquele engenheiro militar.

O seguinte ponto de defesa era a praça de Monção. O vale do rio Minho, desde a sua entrada até esta vila, corria apertado por margens escarpadas, sobretudo a margem Norte, o que dificultava a sua passagem. Vilas Boas identificava apenas um local onde seria possível ao inimigo atravessar o rio: o lugar do “salto” situado a meio caminho entre Melgaço e Valadares (o local está perfeitamente identificado nas diversas variantes do Mapa da Província). Este ponto fraco na linha de defesa portuguesa, era já conhecido dos espanhóis que, em conflitos anteriores, tentaram ali atravessar o rio, pelo que os portugueses construíram uma bateria provisória que deveria ser renovada e construída com melhor qualidade.

Um pouco mais a jusante deste local, ficava situada a praça forte de Monção, guardiã da navegação fluvial do Minho e da estrada que conduzia ao interior da província. Era uma fortaleza antiga, reconstruída à maneira “moderna” por Lescolles no decorrer da Guerra da Restauração. Possuía 10 baluartes, um terraplano e uma espécie de fosso. Em 1800, tinha quartéis para “4 companhias de cavallos, e para hum batalhão d’Infantaria, e 15 peças de guarnição, das quais 9 são de bronze”².

Na margem galega, frente a Monção, ficava o forte de Salvaterra do Minho, construído pelos portugueses no século XVII, considerado, nesta época, de pouco valor. Imediatamente a jusante, localizava-se a “Gandara”, uma pequena planície inculta onde seria possível acamparem 8 a 10 mil homens (versão 1796) ou 4 a 5 mil (versão 1800).

1 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 110-111.

2 *Ibidem*, p. 111.

Em todo o caso, a praça de Monção era considerada defeituosa, tendo-se identificado os principais problemas: primeiro, o seu tamanho exigia muita artilharia e uma grande guarnição; segundo, faltavam-lhe os meios necessários para enfrentar uma ameaça real e terceiro, a irregularidade do terreno envolvente, facilitava a aproximação do inimigo. O autor considerava que, sem qualquer intervenção, a praça apenas poderia resistir quinze dias a um cerco. Desta forma, exigiam-se algumas obras de reforço no seu circuito fortificado, aumentando-se a sua artilharia e guarnição. Para além disto, seria necessário fazer alguns entrincheiramentos no exterior da Praça de forma a cobrir qualquer ataque inimigo e formar algumas baterias junto da margem de forma a impedir qualquer tentativa de travessia¹.

A estrada que partia em direcção Sul, para as vilas de Arcos e ponte da Barca, e daí até Braga, seria uma das principais vias para a invasão da Província. Vilas Boas evoca alguns episódios históricos de utilização desta via pelo inimigo, de forma a chegar ao coração do território de Entre Minho e Lima. O autor relembra o “Torneio de Valdevez” que se terá travado perto dos Arcos num local conhecido por “Veiga da Matança”, e que foi identificado e localizado nas versões de 1794-96 e 1798 do Mapa da Província.

Relembre-se que, durante as campanhas da Restauração, o exército espanhol depois de conquistar Monção, dirigiu-se à vila dos Arcos, ocupando toda a parte oriental do território de Entre Minho e Lima. Com o intuito de travar os movimentos inimigos, haviam sido construídos dois fortins no sítio da Portela do Extremo, mas que caíram em poder do inimigo. Em 1796, apenas existiam vestígios destes fortes,

¹ Custódio José Gomes de VILAS BOAS (1971, p. 215-217). O autor aconselhava a manutenção de tropas no lugar da Gândara, entrincheiradas de forma a poderem atacar o inimigo cruzando fogo com a praça de Monção, numa acção semelhante àquela que Pedro o Grande havia tentado contra as tropas de Carlos XII, no cerco de Pultava. Estes exemplos são ilustrativos do tipo de aprendizagem realizada na Academia Militar.

que não tinham um carácter permanente e nem sequer figuram no mapa de 1798 mas Vilas Boas aconselhava a sua fortificação¹.

Continuando o percurso do rio Minho para jusante – que agora corria num vale cada vez mais alargado e de margens, progressivamente mais baixas – à praça de Monção seguia-se a praça forte de Valença. Nesse espaço, apenas um local se afigurava passível de ser atravessado: o vau de Carrexil. Este local está assinalado nas variantes do Mapa, figurando nas versões de 1794-96 e 1813 um pequeno forte na margem portuguesa, identificado como “forte de Carrexil”, ainda que o autor nada tenha dito a seu respeito em qualquer das memórias. A Torre da Lapela, situada um pouco a montante deste local, não poderia ser considerada uma fortificação.

A praça de Valença, era tida como o melhor ponto do dispositivo de defesa do vale do Minho, mas apresentava, ainda assim, várias deficiências². No entanto, a sua posição e manutenção era essencial, pelo que deveria sofrer algumas obras de ampliação, considerando Vilas Boas que se deveria seguir o sistema de Montalambert e não o de Vauban, revelando, assim, mais uma vez, os recentes ensinamentos teóricos-práticos da adquiridos durante a sua formação militar³.

Em caso de ocupação da praça – na época defendida por 30 canhões em bom estado – e como o inimigo poderia invadir a Província pela estrada que se dirigia a Ponte de Lima, era aconselhada a

1 Sobre a tipologia das diferentes obras de defesa e fortificação da fronteira do Minho na Guerra da Restauração, ver a tese de mestrado de João Manuel Viana ANTUNES (1996). A fortificação proposta seria semelhante às anteriores, com dois fortes de ambos os lados da estrada. Os reforços e víveres viriam das povoações do vale do Vez.

2 Numa nova memória sobre a defesa da fronteira do Minho, datada de Junho de 1805, e intitulado-se *Considerações sobre as Praças, e Postos da Fronteira do Minho, relativamente ao Estado Maior, e Guarnição que lhe compete em tempo de Paz*, Vilas Boas considerava a Praça fundamental para a defesa da Província de Entre Douro e Minho, pois devido à sua posição, podia controlar as principais vias de entrada a partir do vale do Minho. A memória encontra-se no A.H.M., na 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 2, nº 27.

3 A teoria de Montalambert era leccionada nas aulas da Academia Militar e nas Aulas dos Regimentos, como se comprova pela compra de exemplares do seu livro para serem utilizados na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (cf. A.H.M. 3ª Divisão, 5ª Secção, caixa 4, nº 9, *Relação dos livros entrados na Academia em 1794, prov. da Alfandega*).

fortificação das portelas da Labruja e Camboa, à semelhança da do Extremo¹.

Um pouco a Sul de Valença ficava o campo de Tuído, utilizado como local de treinos militares e onde poderia acampar tropa, entre 15 a 20 mil homens (versão 1796), ou 10 a 12 mil (de acordo com a informação do mapa de 1798) ou 5 a 6 mil (versão de 1800)²!

Em direcção à foz do rio Minho, a praça forte seguinte era a de Vila Nova de Cerveira, situada a duas léguas de distância de Valença. Nas suas memórias geográficas e militares, Vilas Boas não indica qualquer ponto de passagem do rio Minho entre aquelas duas praças. Contudo, o facto de ter cartografado os dois fortes (ou fortins) de S. Pedro da Torre – só nas versões de 1794-96 e 1813 – faz supor que aquele ponto poderia ser utilizado para uma tentativa de travessia do inimigo, tal como tinha sucedido na Guerra da Restauração, quando os espanhóis construíram o forte de S. Luís Gonzaga na margem portuguesa e criaram uma testa de ponte com o forte galego de Amorim, na margem oposta, o que e motivou a construção destes dois fortins por parte dos portugueses. No final do conflito, o forte ficou posse destes mas foi rapidamente abandonado³.

O local apontado por Vilas Boas como provável ponto de travessia seria Lanhelas, um pouco a jusante de Vila Nova de Cerveira pois, apesar do mau estado generalizado das defesas daquela praça e do forte de apoio – Lovelhe -, ainda era capaz de opor alguma resistência a qualquer tentativa inimiga, ainda para mais se as suas defesas fossem reforçadas com entrincheiramentos na margem do rio, tal como já tinha sido feito em ocasiões anteriores⁴.

1 Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1971, p. 217-224.

2 O autor faz uma ressalva ao avançar com estes últimos números, dizendo "... se poderião acampar 5 ou 6 mil homens, a não se achar já diminuído com algumas tapadas que nelle se vão fazendo a favor da cultura" (cf. Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1997, p. 125).

3 Jaime GARRIDO RODRIGUEZ, 2001, p. 229.

4 Na memória de 1805, Vilas Boas atribuía uma maior importância ao forte de Lovelhe do que à Praça de Cerveira.

Como se comprova pela observação do mapa, defronte de Lanhe-
las existiam algumas ínsuas que facilitavam a travessia do rio. A
partir daí, o inimigo poderia dirigir-se à ponte de Vilar de Mouros,
atravessando o rio Coura na ponte medieval e, pela margem esquerda,
poderia aproximar-se perigosamente de Caminha, a última praça
forte da linha do Minho, que apesar da sua extensa fortificação, es-
tava mal posicionada e mal guarnecida podendo ser surpreendida
de flanco¹.

A defesa de Caminha complementava-se com o forte de N^a Senhora
da Ínsua, localizado na foz do rio Minho, dispondo de 12 canhões e
quartéis para algumas dezenas de homens. A partir de Caminha, a
estrada para Viana ficava praticamente livre. O único ponto de maior
dificuldade seria a passagem do rio Âncora, cuja foz estava prote-
gida pelo forte da Lagarteira, com 4 canhões, que também vigiava a
estrada, mas não poderia oferecer grande resistência. Além disso, a
passagem do rio poderia ser feita, como demonstra o mapa de Vilas
Boas, um pouco mais a montante por uma ponte. Assim ficava de-
simpedido o caminho para Viana.

Deste modo, o autor considerava essencial ampliar a capacidade de
fortificação da praça de Caminha (à semelhança de Valença e Monção)
e proceder a alguns entrincheiramentos e à construção de baterias
na ponte de Vilar de Mouros e no rio Âncora. Nos ribeiros da serra
de St^a. Luzia, já depois do rio Âncora, propunha-se construir alguns
diques de forma a criar uma espécie de “lago-fosso”, ao mesmo tempo
que os entrincheiramentos junto do litoral e os da serra, cruzariam
os seus fogos de modo a parar o inimigo. Finalmente uma bateria no
topo de St^a. Luzia de modo a coordenar os seus disparos com os do
castelo de Santiago na foz do rio Lima, poderiam impedir o inimigo
de chegar a ocupar a vila de Viana.

¹ Custódio José Gomes de VILAS BOAS, 1971, p. 226.

Por fim, uma breve análise à defesa costeira. Quando se esperava uma ameaça terrestre, os fortes dispostos ao longo do litoral entre a foz do rio Minho e a foz do rio Lima, teriam pouca utilidade estratégica, contudo, poderiam oferecer um importante apoio para impedir qualquer desembarque de auxílio às tropas terrestres. A construção dos fortes remontam à Guerra da Restauração, estando terminados no início do século XVIII. Desde Caminha, e para além do forte da Ínsua e da Lagarteira, existiam o forte do Cão, o forte (do Rego) das Fontes (actualmente de Paçô, Montedor, ou Carreço) e o forte de Seixas (actualmente conhecido por “castelo velho” ou “fortim da vinha”)¹. A barra do rio Lima era protegida pelo castelo (forte) de Santiago e por um fortim existente numa plataforma, sensivelmente a meio do rio².

O Plano Ofensivo

Embora os mapas de Vilas Boas não dêem conta de qualquer plano tático ofensivo, na memória militar de 1796, aquele engenheiro militar incluiu um capítulo dedicado à guerra ofensiva contra a Galiza.

Efectivamente, em Maio de 1796, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro do interior, incitava ao embaixador português em Londres a obter o apoio inglês para a defesa das fronteiras portuguesas. Na impossibilidade de receber um apoio directo, isto é, através de um exército auxiliar, deveria ser tentada uma invasão da Galiza com o apoio português³. Estamos convencidos que o pedido do ministro se relaciona directamente com a memória militar do engenheiro Vilas Boas.

1 Cf. estas e outras designações em António Maranhão PEIXOTO, 2001, p. 134.

2 Cf. as plantas do castelo e barra de Viana desenhadas por Gonçalo Luís da Silva Brandão (1753); José Champalimaud de Nussane (1777); e Filipe Neri da Silva (1794), publicadas por António Maranhão PEIXOTO, 2001, p. 134.

3 António VENTURA, 2004, p. 17.

No plano político, Vilas Boas considerava que a conquista da Galiza deveria constituir um dos grandes objectivos da Coroa portuguesa que, dessa forma, teria oportunidade de engrandecer o território português na Europa e fortalecer a sua monarquia. No plano táctico, este empreendimento seria levado a cabo quando as forças espanholas tentassem a invasão do território nacional a partir da fronteira do Alentejo, permitindo que a contra-ofensiva portuguesa se realizasse através da Galiza o que obrigaria o exército inimigo a retirar parte das suas tropas dos teatros de operações do Sul.

Um exército de 15 a 20 mil homens seria suficiente para garantir a conquista da Galiza, desde que o comandante fizesse uma proclamação com o intuito de obter o apoio das massas populares. Como se comprova pela análise do mapa 2, o primeiro passo deste plano passaria pela conquista de Tuy que, por não ter defesas capazes, se renderia rapidamente. A partir daqui, o exército invasor dividir-se-ia em três corpos: o da esquerda, deveria conquistar Vigo, com o apoio de uma esquadra portuguesa ou aliada, que já estaria posicionada na ria; o exército do centro, ocuparia Redondella e o da direita, fortificar-se-ia em Ponte Sampayo, de forma a travar qualquer tentativa de socorro proveniente do interior. Assim se garantiria a posse de todo o território compreendido entre o rio Minho e a ria de Vigo.

Se a sorte das armas fosse favorável ao exército português, estavam criadas as condições para o grosso das tropas marcharem sobre Santiago. A invasão da Galiza estaria completa se fosse tentada a conquista da Coruña, também com um apoio marítimo e anfíbio, embora tal plano só pudesse ser posto em prática se tal empresa não compromettesse a segurança do flanco direito e da retaguarda do exército.

Esta tentativa de leitura da geografia estratégica da Província de Entre Douro e Minho entre 1796 e 1801, demonstra que o exército se

preparava, atempadamente, para enfrentar uma tentativa de invasão do território português.

A leitura cartográfica forneceu-nos um conjunto de informações acerca das condições defensivas da fronteira, o que nos faz supor que a tática preferencial seria predominantemente defensiva. O próprio autor reconheceu a utilidade militar dos seus mapas – ainda que nem todos tenham sido elaborados com esse propósito específico – a fim de se preparar convenientemente as disposições defensivas da fronteira da Província. Aliás, aquando da preparação para a Guerra das Laranjas, foi ordenado ao Governador das Armas do Minho a imediata defesa da linha do Minho e das entradas da Portela do Homem e do Lindoso, assim como das diversas portelas que conduziam à cidade do Porto. Uma atenta observação da disposição das tropas no Alto Minho, permite detectar uma coincidência quase perfeita com as propostas avançadas por Vilas Boas em 1796 e em 1801¹.

Neste conflito o exército do Minho não chegou a entrar em acção nem, tão pouco, o inimigo tentou qualquer invasão. No entanto, anos mais tarde, em 1809, Custódio José Vilas Boas integrando o Estado Maior do General Bernardim Freire de Andrade e Castro, participará na coordenação da bem sucedida defesa do rio Minho, aquando da tentativa de invasão do exército francês liderado pelo Marechal Soult².

Quanto ao arrojado plano ofensivo de conquista de território inimigo, nunca foi posto em prática. Como se sabe, em 1801 em plena Guerra das Laranjas, enquanto os exércitos português e espanhol manobravam no Alentejo, foi esboçado uma manobra de diversão invadindo-se a Galiza pela fronteira de Chaves tentando, em vão, a conquista da fortaleza de Monterrey³.

1 Manuel AMARAL, 2004, pp. 60-64.

2 Sobre esta invasão ver a recente obra de Carlos AZEREDO, 2004.

3 Sobre esta guerra ver António VENTURA, 2004.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Corpo de Engenheiros/Real Corpo de Engenheiros: 3ª Divisão, 46ª Secção, caixa 1.

Instrução Militar: 3ª Divisão, 5ª Secção, Caixas 3,4,5 e 6.

[VILASBOAS, Custódio José Gomes de] - *Considerações sobre as Praças, e Postos da Fronteira do Minho, relativamente ao estado Maior, e Guarnição que lhe compete em tempo de Paz*: 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 2, nº 27.

Fontes Cartográficas

Biblioteca Nacional, Lisboa

Área de Iconografia:

VILAS BOAS, Custódio José Gomes de - *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho levantado em 1794 e 1795 de par com as indagações Economico-Políticas; tudo para servir a Regulação das Commarcas da mesma Provincia, e outros objectos de utilidade Publica. Por Custodio Joze Gomes Villas-boas, D. 94 R.*

Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa

VILAS BOAS, Custódio José Gomes de - *Mapa das Fronteiras do Minho, [1794-1806]*, 3-33-45-3596

VILAS BOAS, Custódio José Gomes de - *Mapa das Fronteiras da Provincia do Minho Offerecido à Real Sociedade Marítima de Lisboa 1800*, 3-33-45-3598.

Instituto Geográfico Português, Lisboa

VILLASBOAS, Custódio José Gomes de - *Mappa da Provincia d'Entre Douro e Minho...* 1798, CA 60.

Estudos e Obras de Referência

- AMÂNDIO, Bernardino - *O Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo, Edição dos Amigos do Mar, 1994.
- AMARAL, Manuel – *Olivença – 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- ANTUNES, João Manuel Viana – *Obras Militares do Alto Minho: a costa atlântica e a raia ao serviço das Guerras da Restauração*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.
- AZEREDO, Carlos de – *A Invasão do Norte - 1809 - A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult* Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- BERNARDINO, Teresa – *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- BORGES, João Vieira – *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*. Estoril, Edições Atena, 2000.
- CRUZ, António - *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.
- GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime - *Fortalezas de la Antiga provincia de Tuy*. 2ª ed., Pontevedra, Deputación Provincial de Pontevedra, 2001.
- PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral de Viana e a sua Arquitectura Militar*. Viana do Castelo, Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2001.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar - Cômpendio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. 2ª reimpressão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Magalhães Aires - *História Orgânica e Política do Exército Português*. Vol V (Provas), Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

- SILVA, Ana Cristina Nogueira da - *O Modelo Espacial do Estado Moderno Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- SOUSA, Fernando e ALVES, Jorge Fernandes - *Alto Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- VENTURA, António – *A Guerra das Laranjas – A Perda de Olivença 1796-1801*. Lisboa, Prefácio, 2004.
- VICENTE, António Pedro – “Do Rossilhão às Invasões Francesas”, in *Portugal e a Guerra, história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp.34 a 46.
- VICENTE, António Pedro – “Reflexos da Política de Godoy Relativa a Portugal – Um Projecto da Conquista da Galiza em 1796” in *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, pp. 145-159.
- VILASBOAS, Custódio José Gomes de – “Mémoire sur les Forces Militaires des Provinces du Minho & de la Galice avec des Observations sur une Guerre Offensive et Deffensive 1796” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, nº 41, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1971, pp. 203-235.
- VILLASBOAS, Custódio José Gomes de – “Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Provincia do Minho” in *Alto Minho-População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 102-162.